



Prova de Contabilidade Pública Comentada Analista Judiciário – Administrativa TRF 1ª Região

Pessoal, a seguir comentamos a prova de Contabilidade Pública aplicada hoje (26/11/2017) para o cargo Analista Judiciário Área Administrativa (AJAA) do TRF 1ª Região.

Bons estudos!

Gilmar Possati

prof.possati@gmail.com



Curta a nossa página e fique ligado(a) em todas as nossas atividades.
www.facebook.com.br/profgilmarpossati



Inscreva-se no nosso canal no YouTube: [**Contabilizando**](#)



Siga-me no [**Instagram**](#): @profgilmarpossati



A tabela a seguir mostra eventos hipotéticos ocorridos no exercício de 2016, em determinado município brasileiro. Os valores são expressos em R\$ mil.

evento	valor
Empenho de crédito extraordinário para a construção de casas	130
Pagamento de material de consumo – compra realizada em 2015	270
Empenho e liquidação de despesas correntes	230
Pagamento de despesas correntes	190
Despesa orçamentária fixada na LOA	610
Despesas de capital liquidadas e pagas	100
Devolução de cauções recebidas	180
Depreciação registrada no exercício	20

A partir dessa tabela, julgue os itens que se seguem, considerando as normas vigentes relativas a receitas e despesas no setor público.

63. (CESPE/Analista Judiciário/Administrativa/TRF1/2017) O montante das despesas de capital realizadas, constantes do balanço orçamentário foi inferior a R\$ 120 mil.

No balanço orçamentário as despesas são consideradas realizadas no momento do empenho. Como houve empenho para a construção de casas no valor de R\$ 130 mil, temos despesa de capital realizada nesse valor. Trata-se de um investimento.

Logo, o montante das despesas de capital realizadas, constantes do balanço orçamentário foi superior a R\$ 120 mil.

Gabarito: Errado

64. (CESPE/Analista Judiciário/Administrativa/TRF1/2017) Sob o enfoque patrimonial, é correto afirmar que a despesa independente da execução orçamentária foi inferior a R\$ 130 mil.

Considerando as informações descritas, temos as seguintes despesas independentes da execução orçamentária:

Devolução de caução recebidas	180
Depreciação registrada no exercício	20



Logo, percebe-se que a despesa independente da execução orçamentária foi de R\$ 200 mil, superior, portanto, a R\$ 130 mil.

Gabarito: Errado

65. (CESPE/Analista Judiciário/Administrativa/TRF1/2017) No referido exercício foram registradas, no balanço financeiro, despesas extraorçamentárias, porém não houve registro de receita extraorçamentária.

De fato, foram registradas despesas extraorçamentárias referentes à devolução de cauções recebidas. Além disso, considerando que houve ocorrência de restos a pagar (despesas empenhadas, liquidadas e não pagas), o valor inscrito deverá ser registrado como receita extraorçamentária.

Gabarito: Errado

66. (CESPE/Analista Judiciário/Administrativa/TRF1/2017) A etapa em que determinado banco privado transfere à conta específica do Tesouro os valores pagos pelos contribuintes referentes a certo tributo federal corresponde ao estágio de arrecadação da receita pública.

O item refere-se à etapa do **recolhimento** e não da arrecadação.

Gabarito: Errado

67. (CESPE/Analista Judiciário/Administrativa/TRF1/2017) Os dividendos recebidos por determinada entidade pública são classificados como receita corrente patrimonial.

De fato, os dividendos recebidos devem ser classificados como receita corrente patrimonial.

Gabarito: Certo

68. (CESPE/Analista Judiciário/Administrativa/TRF1/2017) No lançamento do IPVA, o estado deverá registrar uma receita sob o enfoque orçamentário, que consistirá em uma variação patrimonial aumentativa.



No lançamento do IPVA, o estado deverá registrar uma receita sob o enfoque **patrimonial**, que consistirá em uma variação patrimonial aumentativa (VPA).

A receita sob o enfoque orçamentário ocorre apenas na etapa da arrecadação da receita, ou seja, no caso em tela no momento da arrecadação do IPVA.

Gabarito: Errado

Acerca das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público e do sistema de custos da administração pública, julgue os itens a seguir.

69. (CESPE/Analista Judiciário/Administrativa/TRF1/2017) Na administração pública, a adoção do subsistema de custos permite mensurar e reportar os custos dos serviços de saúde prestados por um ente público; a demonstração do resultado econômico é adequada para a evidencição dessas informações.

Segundo a NBC T 16.11,

O SICSP de bens e serviços e outros objetos de custos públicos têm por objetivo:

*(a) **mensurar, registrar e evidenciar os custos dos produtos, serviços, programas, projetos, atividades, ações, órgãos e outros objetos de custos da entidade;***

Ainda, segundo a Norma,

25. As informações de custos descritas nesta Norma podem subsidiar a elaboração de relatórios de custos, inclusive da Demonstração do Resultado Econômico (DRE).

*26. **A DRE evidencia o resultado econômico** de ações do setor público.*

*27. A DRE deve ser elaborada considerando sua **interligação com o subsistema de custos** e apresentar na forma dedutiva, pelo menos, a seguinte estrutura:*

(a) receita econômica dos serviços prestados, dos bens e dos produtos fornecidos;



- (b) custos e despesas identificados com a execução da ação pública; e
(c) resultado econômico apurado.

Do exposto, percebe-se que a adoção do subsistema de custos permite mensurar e reportar os custos dos serviços de saúde prestados por um ente público. Ademais, a demonstração do resultado econômico é adequada para a evidenciação dessas informações.

Gabarito: Certo

70. (CESPE/Analista Judiciário/Administrativa/TRF1/2017) A venda de veículos usados, realizada por entidade pública por meio de leilão, será evidenciada na demonstração do fluxo de caixa como ingresso das atividades operacionais.

A venda de veículos usados, realizada por entidade pública por meio de leilão, será evidenciada na demonstração do fluxo de caixa como ingresso das atividades de **investimento**.

Gabarito: Errado

71. (CESPE/Analista Judiciário/Administrativa/TRF1/2017) Nas entidades públicas, as informações referentes aos efeitos da mudança de critério contábil devem constar na conta de ajustes de exercícios anteriores, a qual deve ser evidenciada na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Segundo o MCASP, a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução do patrimônio líquido da entidade. Dentre os itens demonstrados, podemos citar:

- a. **os ajustes de exercícios anteriores;**
- b. as transações de capital com os sócios, por exemplo: o aumento de capital, a aquisição ou venda de ações em tesouraria e os juros sobre capital próprio;
- c. o superávit ou déficit patrimonial;
- d. a destinação do resultado, por exemplo: transferências para reservas e a distribuição de dividendos; e
- e. outras mutações do patrimônio líquido.



Segundo o PCASP, a conta ajustes de exercícios anteriores registra o saldo decorrente de **efeitos da mudança de critério contábil** ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Gabarito: Certo

Determinado órgão da administração pública direta federal concedeu suprimento de fundos a servidor público, a fim de realizar gastos de pequena monta em serviços de reparos. No encerramento do exercício, o servidor havia utilizado metade do montante concedido e, mesmo já encerrado o prazo de aplicação dos recursos, não recolheu, por meio de guia de recolhimento da União (GRU), o valor utilizado.

Julgue os itens a seguir, com referência a essa situação e a aspectos a ela relacionados.

72. (CESPE/Analista Judiciário/Administrativa/TRF1/2017) No caso em questão, como existe uma obrigação possível por parte do servidor, resultante de eventos passados, o órgão público deverá registrar um passivo contingente.

Segundo o MCASP, o suprimento de fundos é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas. Esse adiantamento constitui despesa orçamentária, ou seja, para conceder o recurso ao suprido é necessário percorrer os três estágios da despesa orçamentária: empenho, liquidação e pagamento. Apesar disso, não representa uma despesa pelo enfoque patrimonial, pois, no momento da concessão, não ocorre redução no patrimônio líquido. **Na liquidação da despesa orçamentária, ao mesmo tempo em que ocorre o registro de um passivo**, há também a incorporação de um ativo, que representa o direito de receber um bem ou serviço, objeto do gasto a ser efetuado pelo suprido, ou a devolução do numerário adiantado.

Logo, no caso em questão não há que se falar em passivo contingente. Na liquidação da despesa já houve o registro de um passivo.

Gabarito: Errado



73. (CESPE/Analista Judiciário/Administrativa/TRF1/2017) As provisões diferenciam-se dos passivos contingentes na medida em que, mesmo existindo incerteza quanto ao seu valor, as provisões deverão ser reconhecidas como passivos na contabilidade aplicada ao setor público.

Perfeito! Segundo a NBC TSP 03, **Provisões são reconhecidas como passivo** (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja necessária para liquidar a obrigação; e

Passivos contingentes não são reconhecidos como passivo porque são:

- ✓ obrigações possíveis, mas que necessitam de confirmação se a entidade tem a obrigação presente que pode levar à saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços; ou
- ✓ obrigações presentes que não satisfazem aos critérios de reconhecimento desta norma (ou porque não é provável que seja necessária a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços para liquidar a obrigação, ou porque uma estimativa suficientemente confiável acerca do valor da obrigação não pode ser realizada).

Gabarito: Certo

74. (CESPE/Analista Judiciário/Administrativa/TRF1/2017) Tendo em vista que a classificação da despesa e a emissão do empenho, no caso de suprimimento de fundos, só ocorrem após a concretização do gasto, o registro só ocorrerá quando da conclusão e aprovação da prestação de contas por parte da autoridade concedente.

A classificação da despesa e a emissão do empenho ocorrem no momento da concessão e não após a concretização do gasto. O que ocorre após a prestação de contas é o registro da Variação Patrimonial Diminutiva (VPD).

Gabarito: Errado

